

Agricultura familiar e cooperativismo: notas introdutórias para o debate¹

Eliene Anjos²

Introdução

O debate sobre as noções da agricultura familiar torna este campo do conhecimento uma categoria de análise controversa. Ainda que possam ser atribuídos paradoxos na definição conceitual, parte da literatura especializada o caracteriza a partir do sujeito que a pratica. Nesta perspectiva, o agricultor familiar seria aquele que vive no meio rural juntamente com sua família, que é a proprietária dos meios de produção, podendo produzir para sua subsistência como para a comercialização. Esta forma de agricultura é contraposta à denominada agricultura patronal que ocupa áreas maiores que a familiar e um número menor de propriedades (FREITAS; TEIXEIRA, 2011).

A definição apresentada para compor o campo da agricultura familiar dissimula, conforme Schneider e Niederle (2008), “uma diversidade de formas de fazer agricultura que diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras” (2008, p. 990). Ao analisar a diversidade do Brasil das práticas no meio rural, os autores concluem que variadas denominações locais e regionais, como as de colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho etc., foram agrupadas na categoria agricultura familiar em decorrência das lutas do movimento sindical para constituir estes em trabalhador rural como sujeitos de direitos. O relevante neste debate é que os termos expressam interesses políticos, por isso a necessidade de focalizar a questão da diversidade e da heterogeneidade das formas familiares de trabalho e produção.

Espera-se que a apresentação de concepções diversas sobre a agricultura familiar não tornem nebulosos os critérios que estabeleceram os empreendimentos familiares caracterizados na Lei 11.326/06. Nela, são agricultores familiares aqueles que dirigem o estabelecimento; não extrapola quatro módulos fiscais; utilizam predominantemente a mão de obra da própria família; a renda familiar é originada predominantemente das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento. No entanto, uma definição jurídica

¹ A elaboração desse texto deve-se à necessidade do GT2 de entender as perspectivas analíticas da agricultura familiar e contribuir com a análise do cooperativismo rural no núcleo da UFRB.

² Professora Adjunta e Coordenadora do núcleo da UFRB.

não simplifica a realidade nem expressa a heterogeneidade do conceito, a exemplo dos agricultores familiares que estão em assentamentos de reforma agrária oriundos do assalariamento formal ou informal. Neste contexto, justifica-se a perspectiva sociológica da categoria para explicitar as diversas formas de fazer agricultura e seus significados.

A elaboração deste texto visa contribuir com temas que se interseccionam com os objetivos da pesquisa da Rede de Universidades de Avaliação do Programa Mais Gestão, quais sejam: a agricultura familiar e o cooperativismo. Na primeira seção, empreendo um debate acerca das controvérsias da categoria agricultura familiar e sua capacidade analítica para explicar as práticas e sentidos que norteiam a definição dos agricultores familiares. Na segunda seção, apresento uma análise da gênese e evolução do cooperativismo no Brasil.

Agricultura familiar: um conceito útil de análise

As formas sociais familiares, atualmente denominadas de agricultura familiar, que se organizaram e se desenvolveram no meio rural são demarcadas por estratégias que resultam das ações políticas e econômicas implementadas no Brasil. Para Guanziroli, Sabato e Buainain (2011), a heterogeneidade de subcategorias encontradas no conceito de agricultura familiar está relacionada à diversificação da formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano e o capital social. Esses autores afirmam que a diferenciação também está associada à inserção dos grupos em ambientes agrários muito diferentes uns dos outros, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos, como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, por meio das políticas públicas.

Além dos aspectos mencionados, os autores supracitados interpretam que os traços marcantes dos agricultores familiares indicam diferenças relevantes quanto às potencialidades e limites que enfrentam, os quais conformam grupos com interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto,

demandam tratamento compatível com as diferenças. Não obstante, o reconhecimento da heterogeneidade da composição interna no conceito de agricultura familiar, Guanziroli, Sabbato e Buainain consideram que ainda é válido o uso dessa categoria para fins de política pública, uma vez “que no Brasil os pequenos agricultores, que compõem a maioria dos agricultores familiares, foram quase em sua totalidade excluídos dos benefícios das políticas públicas em geral, o que caracteriza uma situação de ‘tríplice exclusão’” (2011, p. 331).

A primeira causa da exclusão é atribuída às políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, que priorizou a promoção dos centros urbanos e o crescimento industrial em detrimento do mundo rural, o que resultou na ampliação das diferenças de qualidade de vida entre o campo e a cidade e estimulou as migrações, o empobrecimento e o relativo esvaziamento do meio rural. A segunda exclusão estaria relacionada a quase inexistência dos direitos de cidadania dos pobres, e com mais intensidade ainda, os pobres rurais. De fato, a literatura demonstra que a maioria dos pequenos agricultores eram privados dos direitos que já tinham sido conquistados pelos trabalhadores pobres urbanos. Como não tinham acesso à educação e a nenhum mecanismo público de proteção social, ficavam sob tutela das oligarquias locais, das ações dos políticos, patrões e coronéis, que transformavam em favores e instrumentos de dominação o acesso aos direitos básicos. Por fim, o terceiro motivo do processo de exclusão, apontado pelos autores, refere-se à exclusão como produtores, porque não foram incluídos nas políticas e programas específicos voltados para estimular a agricultura, a exemplo do Sistema Nacional de Crédito Rural implementado na década de 1960.

Esse cenário pode ser, por hipótese, um dos motivos para o crescimento vertiginoso de associações de desenvolvimento rural, principalmente nas regiões mais empobrecidas, nas quais historicamente persistiu a falta de poder dos pequenos agricultores para influenciar na política pública. Neste sentido, ainda que a noção conceitual da agricultura familiar reúna famílias em situações diversificadas e que a categoria analítica seja uma construção política, para Guanziroli, Sabbato e Buainain (2011, p. 333) “ela se justifica na medida em que une um grupo importante que vem desenvolvendo uma identidade política para fins de barganha política junto ao setor público e de representação junto à sociedade.”

Nesta perspectiva, vale salientar que os agricultores familiares somente foram contemplados pela política pública na década de 1990, com o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os programas de reforma agrária. Nestas ações, os pequenos produtores passam a ser reconhecidos como atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas. É nesta conjuntura de luta pelos direitos que, em 1999, se dá a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com uma Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), para contribuir com o desenvolvimento rural.

Os argumentos apresentados sustentam a dimensão política da agricultura familiar, mas não explicita as dimensões econômica e social imbuídas também na categoria. Conforme Guanziroli, Sabbato e Buainain,

Os agricultores familiares tendem a gerar um volume relevante de ocupação no meio rural, não apenas por reter e ocupar a mão de obra da própria família, como também por viver e gastar no local, contribuindo dessa forma para outras atividades, desde feiras, que são tão importantes nas comunidades do interior, o comércio local e até o abastecimento alimentar e produção de insumos integrados em cadeias agroindustriais importantes na economia do País, como a de tabaco, aves, suínos e frutas em geral (2011, p. 333-334).

Por esses motivos, os autores ressaltam a necessidade de políticas públicas focalizadas para fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores familiares, reduzir as desvantagens decorrentes da ausência das ações públicas no meio rural, como o déficit de infraestrutura, e da elevada concentração da propriedade de terra.

Não obstante, se é a identificação do agricultor familiar, condição para a definição das organizações encetadas por estes e a correção do descaso das políticas públicas do passado, a diversidade expressa neste conceito, com traços que variam segundo a cultura, tradição, nível de desenvolvimento, inserção nos mercados, estratégias de sobrevivência e muitos outros fatores, não implica a simplificação dessa problemática. Neste sentido, Guanziroli, Sabbato e Buainain destacam o fato de uma parte da agricultura familiar brasileira, ainda que de forma incipiente, esteja inserida no agronegócio. Nesta perspectiva, os autores citados avaliam que o setor mais dinâmico e próspero da agricultura familiar é o que se inseriu em algumas cadeias produtivas regionais e nacionais.

Em uma perspectiva analítica distinta, Ploeg³ (2009) defende a tese que a agricultura denominada pelo autor de camponesa, em oposição à agricultura capitalista e

³ Este autor defende a tese da persistência do segmento social camponês, ainda que sofra os reveses da estratificação social engendrada no sistema capitalista. As práticas agrícolas camponesas não são movidas

empresarial, consiste numa luta por autonomia e progresso, no qual utilizam recursos que resultam da coprodução do ser humano com a natureza viva, para vencer a dependência e a marginalização que caracteriza a vida rural. Nas palavras do autor:

A luta por autonomia, [...] tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. [...] Essa base de recursos, por sua vez, propicia diferentes formas de coprodução entre o ser humano e a natureza viva. A coprodução (ou seja, o processo de produção agrícola) é modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa (2009, p. 19).

É dessa forma que os agricultores interagem com o mercado, uma vez que parte da sua produção garante a reprodução da propriedade e da família enquanto que outra parte é vendida. Neste sentido, Ploeg entende que a conjuntura socioeconômica das práticas dos agricultores está imbuída da busca pela autonomia, caracterizada pela base de recursos autogerida por meio de inserção em outras atividades não agrícolas. Para ele, a produção camponesa é baseada numa relação de troca não mercantilizada com a natureza. A inserção dessa produção no mercado somente acontece para vender seus produtos finais, uma vez que os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na mobilização dos recursos utilizados pelos camponeses. Embora admita que esses circuitos comecem a exercer um papel de maior relevância no levantamento dos recursos, na produção agrícola, em outros termos, na inserção da agricultura com características empresariais como assinalado por Guanzioli, Sabbato e Buainain.

Ainda que a denominação camponesa possa sofrer contestações pela sua clara conotação política, esta é uma das formas que expressa a clivagem desse campo analítico, expressando as distintas perspectivas quando os debates político e ideológico se mesclam na construção das categorias. Neste sentido, Schineider e Nierdele (2008) avançam na polarização conceitual dos camponeses e agricultores familiares.

[...] O que há de comum entre ambas as noções é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos por meio dos quais busca criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto um grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com os

por uma lógica utilitarista, nelas mesclam elementos que Ploeg analisa como busca de autonomia, independência da hegemonia do capital e coexistência sustentável com os fatores naturais, a exemplo da relação com terra, que não é percebida como um meio de produção com uso restritamente econômico, mas um fator de construção identitário.

mercados e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consanguinidade e parentesco que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam os seus recursos materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade (2008, p. 992).

A escolha dos termos, na concepção de Schneider e Nierdele, relaciona-se aos enfoques teóricos que norteiam as pesquisas. Enquanto alguns enfatizam os aspectos econômicos, relacionados às unidades familiares, e os fatores de produção, terra, trabalho e capital, outros enfoques ressaltam os aspectos culturais, políticos e identitários que caracterizam os grupos e os indivíduos organizados nas unidades produtivas. O relevante para o objeto da pesquisa que está sendo desenvolvida na Rede de Universidades, a meu ver, é que a literatura demonstra que os estudos realizados com a categoria camponês também concluem que as classes dominantes e as elites agrárias da política brasileira excluíram as formas sociais familiares no transcorrer do desenvolvimento rural brasileiro, somente vindo a despertar atenção nos momentos de crises e nos processos de organização da sociedade civil, como as ligas camponesas no Nordeste.

Com estas considerações, Schneider e Nierdele admitem que diversas categorias sociais encontram-se inclusas na configuração atual da agricultura familiar (colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores, ribeirinhos e tantas outras). Neste contexto, os autores denominam agricultores familiares aqueles que trabalham sobre um pequeno lote de terra, mobilizam e utilizam basicamente a força de trabalho familiar. Nesta perspectiva, o que propiciaria identidade social aos agricultores é que possui acesso precário, parcial ou insuficiente a meios de produção, como terra e capital produtivo, assim como informações e canais de escoamento de sua produção excedentária. A força de trabalho abundante da família é o principal fator produtivo, “mas, enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível, em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social” (Schneider e Nierdele, 2008, p 994).

Ainda que considerem a diversidade das denominações utilizadas nas pesquisas da agricultura familiar como pertencente ao mesmo grupo social, Schneider e Nierdele distinguem camponeses e agricultores familiares porque, na visão desses autores, seu modo de existência e a forma de reprodução obedecem a características socioculturais e uma racionalidade econômica que não são análogas. Embora tenham em comum a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho familiar, o

acesso a terra pela herança, a manutenção dos vínculos sociais assentados na relação de parentesco, o traço fundamental que distinguiria os agricultores familiares e camponeses refere-se aos vínculos mercantis e às relações sociais na divisão social do trabalho. Em outras palavras, os autores identificam um maior envolvimento social, econômico e mercantil do agricultor familiar, além de uma integração mais efetiva e dependente em relação à sociedade que lhe engloba.

Com o processo de mercantilização da vida social e econômica houve uma crescente integração das famílias aos mercados, reduzindo a sua autonomia, como defendido por Ploeg (2009), que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar o ciclo. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, seja dos mercados de produtos ou dos valores e da cultura, como assinala Schneider e Nierdele⁴.

A distinção apresentada por Schneider e Nierdele em relação às formas familiares de produção é expressa pelo debate conceitual de Ploeg ao diferenciar a forma camponesa de produção daquela praticada pela “forma familiar empresarial”. Compreendem que a primeira, a camponesa, tem uma pequena produção de mercadorias e a segunda, a forma familiar empresarial, opera conforme uma produção simples de mercadorias.

É preciso ressaltar que ao analisar as formas familiares de produção, os autores supracitados estão analisando as práticas de agricultores e classificando-os com denominações distintas de acordo com a relação de mercantilização. A condição camponesa, como descrito anteriormente na visão de Ploeg, não implica uma aversão aos mercados, expressa uma espécie de coprodução que busca internalizar recursos e sustentar alguma autonomia dos meios de produção. Continuando a análise sobre a caracterização dos camponeses, Schneider e Nierdele, baseados na literatura sobre o tema, afirmam que isso resultaria numa inserção parcial dos camponeses no mercado, ainda que esta parcialidade não se refira ao grau de mercantilização, mas à possibilidade de reproduzir os meios de produção sem precisar acessar os mercados, flexibilizando o

⁴ O debate da autonomia e da não subordinação à mercantilização das relações sociais e econômicas entre os grupos genericamente denominados camponeses tem sustentação teórica no conceito de produção simples de mercadorias de Marx, no qual ressaltava que as formas anticapitalistas não estavam inseridas no processo de reprodução ampliada do capital e na divisão social do trabalho. Nesta perspectiva, Marx distingue na produção capitalista a produção simples e a produção ampliada, geradora do valor de troca, que paulatinamente suplantaria a produção simples. É nesta perspectiva que Marx apregoa o fim do campesinato, afirmando que o desenvolvimento do capitalismo resultaria na constituição de duas grandes classes, a dos trabalhadores e a dos capitalistas (Marx, 1980; Schneider e Nierdele, 2008).

consumo e a venda, o que permitiria, temporariamente, estratégia de se retirar dos mercados sem comprometer a reprodução social. Trata-se de um “*ethos* camponês” que não impede a constituição de trajetórias distintas em contextos estruturais relativamente similares, mas que resultam em respostas diferenciadas que decorrem, na análise de Ploeg, do fato da mercantilização ser um processo multifacetado e heterogêneo.

Já na forma familiar empresarial, assume maior centralidade os recursos externos, as tecnologias mecânicas, o aumento de escala e a eficiência econômica⁵. O essencial nesta modalidade é a capacidade de adaptar o processo de produção às relações mercantis externas que impõem limites de custos e níveis mínimos de lucratividade. Nessa lógica, Schneider e Nierdele inferem que o agricultor passa a raciocinar muito mais em termos de capital do que em termos de propriedade. Nos termos dos autores,

[...] Terra e trabalho perdem gradativamente seu significado moral para se tornarem meios de produção. As relações sociais são continuamente transformadas pela individualização, e o sentido de ação econômica passa a estar associado ao máximo rendimento econômico. Da mesma forma, a profissionalização e a linguagem do contrato assumem maior importância, imprimindo caráter cada vez mais despersonalizado às relações sociais (2008, p. 1002).

Com a contribuição dos autores citados com o debate empreendido neste texto, resalto as considerações acerca da mercantilização e o processo de “externalização” das etapas do processo de produção, no caso da produção familiar com ênfase nas ações empresariais. A crescente externalização é caracterizada “pela transferência do controle de recursos produtivos, e tarefas, até então exercido pelos próprios agricultores, para atores externos (bancos, empresas, cooperativas, técnicos, indústrias)” (Schneider e Nierdele, 2008, p. 1002). Segundo os autores, o resultado final desse processo é a separação do controle da unidade de produção dos próprios agricultores, fazendo com que a gestão fique sob a direção de um sistema de relações técnico-administrativas coordenadas externamente. Por outro lado, são inegáveis as práticas caracterizadas pela forma camponesa de produção na realidade rural brasileira, neste sentido, cabe-nos entender a diversidade desse processo que alcança distintas dimensões que expressam a diversidade da agricultura familiar do Brasil.

⁵ A noção de eficiência apresentada por Schneider e Nierdele refere-se à lógica de eficiência econômica mercantil, ou seja, eleger os fatores de produção que possuem o menor preço e/ou que propiciem maior renda, que garanta o máximo de rendimento por unidade de trabalho. Portanto, os autores estão analisando o contexto dos agricultores que estão numa situação dependente do mercado, nomeados conceitualmente como agricultura familiar empresarial.

Para além das duas formas de produção na agricultura familiar rapidamente sumarizada nas pesquisas de Ploeg (2009), Schneider e Nierdele (2008) ponderam que são variados casos e mecanismos pelos quais os agricultores se utilizam, eles perpassam desde a “resistência camponesa” até as oportunidades mais recentes promovidas pela reestruturação produtiva do capitalismo que possibilitam meios alternativos de reprodução em atividades emergentes no “novo” espaço rural mercantilizado⁶. Afirmam que os

[...] agricultores constroem novas e múltiplas formas de diversificar os circuitos de troca em que estão inseridos, criando alternativas que lhes permitem contrapor a dominação de cooperativas, empresas, bancos e agentes que controlam o mercado de commodities. Nesse sentido, novos estilos de agricultura têm emergido da capacidade de resistência dos agricultores familiares [...] Trata-se de um esforço por autonomia que é característico da forma camponesa de produção, em que os agricultores procuram liberdade em relação a obrigações impostas pelos agentes externos com o intuito de organizar sua propriedade e o processo de trabalho de acordo com suas próprias possibilidades e necessidades (2008, p. 1009).

Schneider e Nierdele citam as cooperativas num contexto de submissão dos agricultores familiares, contrárias à autonomia apregoada nos ideários dos socialistas utópicos. Elas aparecem como agentes externos que, em alguma medida, subordinam os agricultores, sejam eles praticantes ou não da forma familiar empresarial. Esse apontamento já é um indício para dimensionarmos o grau de autonomia dos agricultores cooperados na gestão dessas cooperativas. Será que no universo das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar (OEAF) encontram-se cooperativas e associações que expressam a gestão profissionalizada caracterizada pelos autores como ingerência no modo de ser e produzir dos agricultores familiares? Em que medida, a noção de campesinato contribui para entender as práticas das OEAF que não são regidas pela eficiência apregoada no mercado, mas, ao contrário disso, reitera um *modus operandi* que só tem sentido quando analisamos os significados social e cultural da agricultura familiar? Em que medida a centralidade da família como unificadora das estratégias reprodutivas se mantém com a constituição das OEAF? Como elas alteram o cenário das relações sociais no meio rural, uma vez que é perceptível o aumento de organizações econômicas, como ficou demonstrado pelos mapeamentos dos empreendimentos econômicos solidários (EES),

⁶ Ainda que os autores não qualifiquem este “novo” espaço mercantilizado, seria interessante pensarmos nos programas institucionais que visam o empoderamento do agricultor familiar como o PAA e o PNAE, como oportunidades que possibilitam a resistência dessa categoria social para garantir, minimamente, uma autonomia das obrigações ditadas pela agricultura não familiar e patronal.

da Secretaria Nacional da Economia Solidária (ANJOS, 2012)? De fato, na dimensão gestão, há um protagonismo dos agricultores, como é demonstrado nas pesquisas dos EES ou uma gestão profissionalizada, externa aos agricultores produtores, orientada por um plano de negócio que tem na lógica produtivista e na eficiência econômica seus objetivos principais?

Sumarizadas as indagações que, a meu ver, serão respondidas com a pesquisa que está sendo desenvolvida, juntamente com o aprofundamento do tema aqui introduzido. Vale retomar o objetivo do debate empreendido nesta seção. Há um consenso da diversidade e heterogeneidade no campo da agricultura familiar, entretanto, os paradoxos e as diferentes perspectivas teóricas que orientam as análises não devem tornar inútil o seu uso para apreender as práticas e sentidos dos agricultores familiares e suas organizações.

Guanziroli, Sabato e Buainain (2011) constataram, com dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1996 e 2006, um aumento da participação da agricultura familiar na produção agropecuária. Para eles, esse crescimento demonstra que esse segmento passou a contribuir de forma mais efetiva com o dinamismo agrário no Brasil, aproximando a agricultura familiar das práticas do agronegócio. Na visão dos autores, o importante é identificar o agricultor como aquele que trabalha com poucos empregados, trabalha e mora no campo e extrai sua renda com uso predominante do trabalho familiar. Utilizando dessa noção conceitual, inferiram que parte dos agricultores familiares desenvolve uma agricultura moderna e empresarial. Estes seriam os segmentos mais capitalizados da agricultura familiar, produtores de soja, trigo, gado e até cana de açúcar. Verificam que há segmentos de agricultores que se dedicam à produção de alimentos, mas que necessariamente não são produtores de subsistência, ou camponeses, porque produzem com tecnologia e estão voltados para o mercado. Por fim, identificam que também há um segmento que produz basicamente para o autoconsumo, que não se integram nos mercados, mas que persistem na produção apesar das adversidades enfrentadas.

À guisa de conclusão desta seção, vale salientar que as considerações de Guanziroli, Sabato e Buainain demonstram avanços significativos na agricultura familiar, mas, por outro lado, a persistência de desigualdades regionais expressas pelo acesso ao crédito do Pronaf ilustram que a segmentação da agricultura familiar não é meramente conceitual. Freitas e Teixeira (2011) inferem que o crédito do Pronaf entre as regiões não é

distribuído proporcionalmente. As regiões Norte e Centro Oeste apresentam a menor participação na distribuição dos recursos, enquanto que a região Nordeste, que abriga praticamente metade dos agricultores familiares do país, tem uma participação relativamente baixa, 15% do total destinado. Já as regiões Sul e Sudeste são beneficiadas com o maior volume do crédito, 48% e 24% do total, respectivamente. Estes dados levaram os autores a inferirem que o Pronaf fortaleceu os que já tinham uma base sólida na agricultura familiar em detrimento dos mais vulneráveis. Com essas considerações, evidencia-se que a diversidade e a heterogeneidade da categoria agricultura familiar não pode ser desprezada numa suposta homogeneidade dos segmentos que estão denominados neste conceito.

Breve análise do cooperativismo no Brasil⁷

As práticas cooperativistas não ficaram imunes à estratificação social da sociedade brasileira. Durante boa parte do século XX, foram impulsionadas pelas políticas agrícolas resultando em um desenvolvimento regional desigual entre os diversos segmentos que compõem a agricultura familiar. A proposta dessa seção é contribuir com o escopo da pesquisa da Rede de Universidades, remetendo-se à gênese e evolução do cooperativismo no Brasil, com ênfase no meio rural.

As origens do cooperativismo no Brasil remetem aos primórdios da colonização portuguesa, com experiências esparsas e efêmeras de pré-cooperativas. Entre os séculos XVII e XIX destaca-se o regime dos Quilombos, liderados pelos(as) escravos(as) fugidos(as) das fazendas dos senhores rurais, que desenvolviam a agricultura e a pecuária num sistema de associativismo pleno. As povoações quilombolas organizavam-se em unidades mais ou menos autossuficientes na produção e consumo, mantendo autonomia política. Podemos citar também os movimentos messiânicos, tendo como maior exemplo o Arraial de Canudos, que consistia numa experiência de associação total entre seus membros e as reduções guaranis caracterizadas pela cooperação informal e ocasional indígena. Essas experiências não foram de cunho eminentemente cooperativista, mas possuíam algumas características do cooperativismo, sobretudo praticando a solidariedade e a democracia, usando a terra

⁷ O objetivo dessa seção é apresentar alguns elementos para entender as dificuldades na expansão das cooperativas no Brasil e, mais particularmente, no Nordeste.

como propriedade coletiva e mantendo a divisão da produção segundo as necessidades de cada um(a).

Entretanto, a primeira cooperativa a ser de fato instalada no Brasil, de que se tem notícia, foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889. Na ausência de legislação específica, a sociedade foi organizada como sociedade anônima, porém observa-se que sua estrutura e seus estatutos revelam forte influência dos Pioneiros de Rochedale⁸.

Oficialmente, as primeiras cooperativas fundadas no país foram as de consumo: em 1891, em Limeira, São Paulo; em 1894, a Cooperativa Militar de Consumo, no Distrito Federal, então Rio de Janeiro; em 1895, a Cooperativa de Consumo de Camaragipe, em Pernambuco; e em 1897, a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista em Jundiá. Depois surgiram as Cooperativas de Crédito, segundo o sistema Raiffeisen⁹, no Rio Grande do Sul, em 1902, e por fim, em 1906, as cooperativas de produção agropecuária, também no Rio Grande do Sul.

Não obstante a estrutura fundiária centralizadora, a cooperação informal e as práticas associativas em seus primórdios estiveram presentes nas zonas de produção agrícola familiar, mas é no meio urbano que surgem as primeiras cooperativas. Elas surgem para responder às necessidades da população urbana. Esse fato é interessante porque, no início do século XX, a economia agrária predominava especialmente agrário-exportadora e em uma sociedade de arraigados traços rurais.

Na avaliação de Schneider e Lauschner, é impossível compreender a origem e a evolução do cooperativismo brasileiro dissociado da estrutura econômica e social vigente no Brasil.

Deparamos com uma sociedade, cuja estrutura econômica é bastante rígida, [...] especialmente no que tange ao seu setor predominante nos fins do século passado e nos inícios do atual, o setor agropecuário. Este setor se apóia numa estrutura fundiária altamente concentradora, onde os latifúndios voltados para uma economia de exportação, valem-se de mão-de-obra assalariada ou de minifundiários. [...] ausência de elemento humano em condições de praticar o associativismo na região rural, pois até 1888 o trabalho escravo impedia qualquer forma de associativismo, a predominância de espírito de individualismo transmitido pelos senhores rurais aos seus assalariados e aos minifundiários (1979, p. 6).

⁸ Por causa das doutrinas da cooperativa de Rochdale, na Inglaterra, foi iniciado no meio cooperativista o movimento rochdaleano, criado dentro de uma ideologia de combate ao capitalismo e preservação dos princípios cooperativistas.

⁹ Modelo de cooperativa de crédito alemão implementado no Rio Grande do Sul pelo Padre Theodor Amstadt.

A dependência paternalista decorrente de tal estrutura socioeconômica inibe, nos assalariados rurais e nos minifundiários, iniciativas referentes à criação de movimentos ou organizações que se destinem a defender ou promover seus interesses. Por isso, quando em tais circunstâncias começaram a surgir, em períodos mais recentes, cooperativas agropecuárias, elas foram criadas por iniciativas de pessoas da classe dirigente e proprietária local, que passaram a ser os “donos” e os “padrinhos” das cooperativas. Transferem-se assim, para dentro da cooperativa, as mesmas relações de dominação, de paternalismo e de *caciquismo* político existentes fora dela (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

As primeiras cooperativas, portanto, passam a surgir no contexto urbano, em que as condições econômicas, sociais e culturais permitiam maior diversificação da sociedade. Elas respondem às necessidades dos estratos médios, formados por funcionários públicos, oficiais militares, comerciantes, empresários industriais, profissionais liberais. Entretanto, virão atender também às parcelas da classe operária ou de empregados do setor industrial e do terciário, que antes de 1930, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, já apresentavam um movimento bastante dinâmico e politizado, deflagrando inclusive várias greves operárias, como as de 1903, 1906, 1917 e 1929 (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

Nas primeiras duas décadas do século XX, o cooperativismo no Brasil desenvolveu-se com relativa rapidez, no que tange às cooperativas de consumo, de crédito e agropecuárias, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, entre 1920 e 1940, sofreu uma crise significativa: muitas cooperativas foram fechadas, outras estagnaram, outras não foram mais acompanhadas de perto por seus idealizadores e fundadores, como sucedeu com as cooperativas de crédito, com Theodoro Amstadt, e as agropecuárias, com Stéfano Paterno, no Sul do Brasil¹⁰.

A partir de 1902, no Rio Grande do Sul, surgiram as primeiras cooperativas de crédito, e em 1906, as cooperativas agropecuárias, por iniciativa do Padre suíço Amstadt. Estas surgiram e se desenvolveram num contexto econômico e social rural diferente daquele citado anteriormente, ou seja, as iniciativas partiram de estratos sociais médios, mas com raízes rurais. Tais organizações cooperativas passam a difundir-se junto a núcleos de imigrantes das regiões Sul e Sudeste, especialmente junto a imigrantes italianos, alemães, holandeses e japoneses.

¹⁰ Ambos foram padres que trouxeram da Europa modelos de cooperativas implementadas no início do século XX no Rio Grande do Sul.

Os imigrantes, inicialmente com maior consciência de grupo social mais ou menos homogêneo, que abandonaram seus países de origem em razão de problemas econômicos, de terras ou de emprego, trouxeram consigo a experiência da pequena propriedade familiar, tão propícia ao cooperativismo. Economicamente independentes como pequenos proprietários, majoritariamente alfabetizados e com experiência anterior, começaram a tomar uma série de iniciativas desconhecidas nas outras regiões rurais do Brasil.

Inicialmente enfrentaram vários desafios: dificuldades de comunicação, por causa da língua ou da carência de estradas e meios de transportes; o abandono por parte do governo em relação às escolas e a outros serviços e apoios; a exploração dos comerciantes nacionais e do próprio grupo de imigrantes. Para enfrentar essas dificuldades desenvolveram, entre eles(as), laços de coesão que levariam ao surgimento de organizações comunitárias como as escolas paroquiais, sociedades culturais e de lazer, as cooperativas de crédito e agropecuárias, como meios para melhor se defenderem num ambiente estranho e inicialmente hostil.

Por isto as cooperativas de crédito e as de produção agropecuária tiveram entre as regiões de imigração o maior respaldo e as melhores condições iniciais de expansão e dentro de um modelo autônomo, livre de influências oficiais (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979, p. 7).

Para Gediel (2006), esse é o primeiro ciclo do cooperativismo brasileiro, caracterizado pelo predomínio das cooperativas agrícolas e de crédito nas regiões de colonização europeia mais acentuada. O segundo ciclo, segundo o autor, é a adesão do cooperativismo ao modelo agroexportador, com forte intervenção do Estado brasileiro, então dirigido por governos ditatoriais. Contudo, antes da instalação desse ciclo apontado por Gediel, tivemos a multiplicação das cooperativas de consumo. Elas tornaram-se fortes e numerosas na década de 1950 a 1960. Possuíam a maior quantidade de associados no cômputo geral das cooperativas brasileiras, contando inclusive com Centrais e/ou Federações.

Nessa época, porém, apenas 45% da população concentrava-se nas regiões urbanas, e era ainda no meio urbano, local em que se originaram as primeiras cooperativas brasileiras, que elas continuavam a predominar, sendo mais dinâmicas e desenvolvidas que as do setor agropecuário. Posteriormente, entretanto, o panorama se modificaria. A partir de meados da década de 1960 até a década de 1980,

[...] as cooperativas agropecuárias passaram a sobrepujar as cooperativas urbanas, em dinamismo, inovação, capacidade de organização, importância econômica e mesmo quanto ao número de cooperativas de associados (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979, p. 8).

Schneider e Lauschner atribuem essa estagnação do cooperativismo urbano ao desestímulo oficial, tanto no plano legal quanto no plano de crédito e da assistência técnica, estabelecendo uma série de barreiras para a expansão de cooperativas de consumo, crédito etc. Outro fator importante decorrente do modelo de desenvolvimento nacional foi a expansão das grandes empresas capitalistas, permitindo a proliferação de complexas redes de supermercados, de organismos financeiros, de seguradoras etc. Essas redes passaram a ocupar o espaço das cooperativas de consumo e de crédito, diminuindo a demanda dos consumidores dos produtos cooperativos e ampliando a opção de empréstimos para a população e os produtores agrícolas.

Na década de 1970 a 1980 desenvolvem-se as cooperativas agropecuárias, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, onde é marcante a presença da pequena e média propriedade familiar, e na região cacaueira do Nordeste. Essa expansão é decorrente, em grande parte, da ação direta dos governos em escala estadual e federal, visando ao aumento da produção agrícola para abastecer uma população em expansão e, por outro lado, à agricultura de exportação. Outro elemento singular foi a sua vinculação a um só organismo federal, o Ministério da Agricultura, que oportunizou uma política de desenvolvimento cooperativista mais uniforme para esse tipo de cooperativa em detrimento dos demais.

Em 1970 e 1980, houve uma redução do número de cooperativas por causa da intensificação do ritmo de agregação (sobretudo fusões e incorporações), estimulado pelas “aberturas” da legislação que regula as sociedades cooperativas, no Brasil, a Lei 5.764/71. De outro lado, as exigências competitivas impostas pelo mercado internacional e pelo mercado interno, tornaram inviável a sobrevivência de cooperativas com pequena capacidade de produção e de comercialização.

Nesse sentido, a atomização das cooperativas agropecuárias vem cedendo lugar à constituição de empresas cooperativistas fortalecidas pela integração de atividades econômicas, redução de custos, aumento de produtividade, maior economia de escala, aumento da capacidade competitiva e aprimoramento dos métodos gerenciais, administrativos e tecnológicos etc. Em razão destas estratégias, acrescidas das políticas

de incentivo ao cooperativismo rural, este se consolidou na realidade brasileira, tornando-se, historicamente, dominante quanto ao número de cooperativas e ao maior volume de negócios. Por outro lado, não houve uma homogeneização das práticas cooperativistas no meio rural, sendo possível uma classificação distinta das cooperativas se considerarmos sua atuação no mercado (PINHO, 1965; SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

No primeiro tipo estariam as cooperativas ligadas à agricultura de exportação, como as de café, açúcar, cacau e soja. Nelas predomina o processo de comercialização, apresentando elevado grau de racionalização administrativa e eficiência técnica; a direção das mesmas está sob o controle dos grandes proprietários; a força que as une é a defesa de seus interesses, ameaçados pela instabilidade dos preços.

O segundo tipo estaria mais voltado para a produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, especialmente o mercado urbano, que apresenta uma demanda ascendente de produtos agropecuários, como o feijão, arroz, batata, carne, leite etc. São cooperativas que servem como instrumento associativo e político a serviço comercial e financeiro dos estratos sociais médios de imigração italiana, alemã, japonesa, holandesa e outros, com predomínio nas regiões Sul e Sudeste.

O terceiro tipo de cooperativismo seria próprio das regiões rurais mais atrasadas no processo de desenvolvimento industrial, em que predomina uma agricultura de subsistência e há reais dificuldades em ingresso no mercado da agricultura comercial. Como situação base há a relação entre proprietário e trabalhadores, do tipo “grande família”, na qual proprietário e trabalhadores estão envolvidos em laços afetivos, de contato interindividual, que mascaram a dependência total. A terra é cedida em lotes aos moradores, sítiantes, parceiros, meeiros, que pagam o uso da terra com o seu trabalho. No outro extremo, temos o trabalhador rural assalariado; e em situação intermediária de transição, os pequenos proprietários e arrendatários, obrigados a superar a agricultura de subsistência pela comercialização. Nesse contexto situa-se um estilo de cooperativismo rural, fortemente interclassista, gerador de desigualdades, de ações paternalistas e de espoliação do trabalhador rural, excluído de qualquer possibilidade de emancipação, contribuindo, assim, para a ampliação da massa dos trabalhadores sem terra.

Com base na análise dessa prática cooperativista, verifica-se que o tipo de cooperativismo agrícola empreendido no Brasil retrata o domínio de uma elite conservadora na promoção de uma economia predominantemente agroexportadora, um movimento vindo de cima para baixo, ancorado numa política de controle social e de

intervenção estatal que não trouxe mudanças significativas para os trabalhadores no meio rural. Muito pelo contrário, esse modelo contribuiu para a concentração da propriedade fundiária e a instalação da desconfiança da organização cooperativa nos trabalhadores rurais.

As cooperativas rurais nordestinas, nas décadas de 1950 a 1970, foram exemplos das práticas descritas acima. Em sua maioria, foram organizadas seguindo a estrutura de classes da sociedade. As posições-chaves eram ocupadas pelos proprietários de alta renda, que assumiam também as lideranças políticas locais e regionais. Essas camadas superiores da população rural eram as maiores beneficiárias dos serviços da cooperativa, no que se refere à assistência técnica, empréstimo de equipamentos e crédito. Era comum nessas cooperativas a figura do “dono da cooperativa”, ou seja, a pessoa física que é identificada como se fosse proprietária da sociedade cooperativa, única a definir a política da mesma, manter contatos com os bancos e órgãos de assistência técnica, enfim, a clássica figura insubstituível. Os produtos mais comercializados por meio das cooperativas nordestinas eram aqueles ligados predominantemente aos grandes proprietários: açúcar, algodão e cacau. Por isso, o cooperativismo rural nordestino foi identificado mais como um instrumento de controle do que de mudança (PINHO, 1965; SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

Nas duas últimas décadas do século XX, o movimento cooperativista adquiriu novo fôlego como resposta a demandas distintas. Retomou seu caráter alternativo para a classe trabalhadora, tornando-se instrumento de geração de trabalho e renda e respondeu igualmente à reestruturação produtiva, resultante das transformações econômicas, tecnológicas e técnico-organizacionais, denominada por Harvey (1992) de acumulação flexível. Além disso, generalizou-se como reação ao desemprego estrutural, abrangendo modalidades alternativas de produção e comercialização para agricultores familiares que utilizam da associação e da cooperação para enfrentar a competitividade mercantil.

Com a expansão do cooperativismo popular, principalmente no meio rural, surpreende que o Censo Agropecuário de 2006 apresente uma redução no número de agricultores associados à cooperativa. Guanzirolí, Sabbato e Buainain (2011) ponderam que a quase inexistência da extensão rural entre os agricultores familiares pode ser um dos fatores que reduziu a importância do associativismo entre eles. Outra hipótese que explicaria a irrelevância estatística do pertencimento cooperativo é a ausência da associação como modalidade de organização dos agricultores, uma vez que esta é a forma mais

disseminada entre os agricultores familiares conforme mapeamento da Secretaria Nacional da Economia Solidária (ANJOS, 2012).

Embora os dados estatísticos não demonstrem relevância das cooperativas para os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, é inegável que esta modalidade, juntamente com as associações, se efetivaram como estratégias de governo e da sociedade civil para reduzir as persistentes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira (SINGER, 2002). As possibilidades e limites dessas organizações para transformar a realidade de inúmeros segmentos de agricultores familiares que somente sobrevivem em *locus* de sustentabilidade e desenvolvimento local serão demonstrados na pesquisa que está sendo desenvolvida na Rede de Universidades.

Referências:

ANJOS, E. As cooperativas de trabalho da economia solidária no contexto brasileiro: dilemas e possibilidades. In: **Bahia Análise & Dados**. Cooperativismo. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, vol. 3, n.1, jan.-mar. 2013.

_____. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho**: um estudo a partir da economia solidária. 2012. 210 fs. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

AQUINO, J. R.; RADOMSKY, G. F. W.; SPOHR, G.; PEÑAFIEL, A. P. P.; RADOMSKY, C. Dimensão e características do público potencial do grupo B do Pronaf na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. . In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2014, p. 78-105.

FREITAS, C. O.; TEIXEIRA, E. C. Agricultura familiar e comercial no censo agropecuário de 2006. In: MATTOS, B. [et al]. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Viçosa, MG: 2011, p. 375-405.

GEDIEL, J. A. P. Trabalho, cooperativismo e direito. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 36-38, out./dez. 2006.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D.; BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar no Brasil: evolução entre os censos agropecuários de 1996 e 2006. In: MATTOS, B. [et al]. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Viçosa, MG: 2011, p. 329-374.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P.P.; OLIVEIRA, J. A. Uma classificação dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos multidimensionais da**

agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2014, p. 21-39.

MARX, K. **O Capital** (Crítica da Economia Política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro I, v. I.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **O cooperativismo no “Brasil Desenvolvido” e no “Brasil Subdesenvolvido”**. São Paulo: USP, 1965.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-31.

SCHNEIDER, O.; LAUSCHNER, R. Evolução e Situação Atual do Cooperativismo Brasileiro. In: **O Cooperativismo no Brasil:** Enfoques, análises e contribuição. Rio Grande do Sul: Friedrich Naumann e Associação de Orientação às Cooperativas, 1979, p. 1-58.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócios e recursos naturais. In: FALEIRO, Fábio, G.; FARIAS NETO, A. L.; (Org.). **Agricultura Familiar e Teoria Social**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2008, p. 990-1014.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-130.